

## **Plutarco: historiografia e biografia na cultura greco-romana**

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006, 168 pp.

---

### **Luiz Otávio de Magalhães**

Professor Adjunto  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)  
luizmagal@uol.com.br  
Morada do Bem Querer, Rua C, Quadra C, nº 26  
Vitória da Conquista - BA  
45055-020  
Brasil

---

### **Palavras-chave**

Antiguidade; Cultura historiográfica; História da historiografia.

### **Keyword**

Antiquity; Historiographical culture; History of historiography.

*181*

---

Enviado em: 25/08/2009  
Autor convidado

Com efeito, não escrevemos histórias, mas vidas. Nem sempre, aliás, são as ações mais brilhantes as que mostram melhor as virtudes (*aretai*) ou os vícios (*kakiai*) dos homens. Muitas vezes uma pequena coisa, a menor palavra, um gracejo ressaltam melhor um caráter (*éthos*) do que combates sangrentos, batalhas campais e ocupações de cidades. Assim como os pintores, em seus retratos, procuram fixar os traços do rosto e o olhar, refletindo nitidamente a índole da pessoa, sem se preocupar com as outras partes do corpo, aqui nos permitimos concentrar nosso estudo, principalmente, nas manifestações características da alma (*psykhé*) e esboçar de acordo com esses sinais, a vida (*bios*) dessas duas personagens [Alexandre e Júlio César], deixando a outros os grandes acontecimentos e os combates (Plutarco, *Vida de Alexandre*).

Estas palavras de Plutarco parecem escritas especialmente para o pesquisador moderno ocupado em estabelecer os marcos divisórios e distintivos entre dois gêneros de discursos legados pela tradição clássica: a narrativa historiográfica e a narrativa biográfica. Plutarco estabelece e identifica os gêneros, *historia* e *bios*, ao mesmo tempo em que vincula seu próprio labor compositivo a um deles, o *bios*. Em seguida, precisa os alvos específicos que deve mirar o biógrafo: as virtudes e os vícios que compõem o caráter de um homem. E, derivado deste objetivo definido para o narrador de *bioi*, indica-se os objetos de sua atenção, de sua análise: os eventos que, ainda que desprovidos da grandiosidade bélica ou política que estimulavam os poetas épicos e os historiadores, são capazes de revelar indícios dos vícios e virtudes que compõem o *éthos* de um indivíduo. Desta forma, teríamos, então, de um lado, a escrita da história, centrada na narrativa de eventos eminentemente públicos, desempenhados por inteiras comunidades políticas, caracterizados pela grandiosidade e pela ostentação de poderio bélico; de outro lado, a escrita de *bioi*, a biografia, centrada na descrição de caracteres, de temperamentos, de qualidades da *psykhé*, e, portanto, passível de dedicar-se à exposição de eventos relacionados tanto à ação de um indivíduo no âmbito do público, da *polis*, como no do *idios*, do privado e do particular.

O livro de Maria Aparecida de Oliveira Silva, *Plutarco historiador*, se propõe, fundamentalmente, a questionar esta leitura do proêmio da *Vida de Alexandre*. E questiona nem tanto o que, à primeira vista, poderia parecer mais questionável – as distinções e fronteiras entre a história e a biografia – mas o próprio auto-reconhecimento de Plutarco como compositor de *bioi* e não de *historiai*. Como afirma a autora na Introdução, “o objetivo deste livro é demonstrar que além de Plutarco ter desenvolvido um trabalho de historiador na coleta, seleção e registro das informações colhidas, pensou a história de Esparta por meio da composição das biografias de espartanos ilustres”. Trata-se, então, de identificar, nas biografias de Plutarco, procedimentos metodológicos de investigação (“coleta, seleção e registro das informações”) e uma estrutura narrativa focada na trajetória de comunidades políades (Plutarco “pensou a história da Esparta”), que nos autorizariam – ou, antes, nos obrigariam – a encará-lo como um colega de Tucídides e de Tito Lívio.

*Plutarco Historiador* é dividido em três capítulos. O primeiro apresenta os

fundamentos da proposição da autora, que consiste em apreender o intelectual de Queronéia como um *historiográphos*. Uma das preocupações do capítulo é, como não poderia deixar de ser, a de atenuar a importância do enunciado de Plutarco na *Vida de Alexandre*, pelo qual o autor se identifica como compositor de *bioi*. Maria Aparecida Silva destaca que, em outras passagens de suas *Vidas Paralelas*, Plutarco, diferentemente do que enuncia na *Vida de Alexandre*, se reconhece especificamente como historiador: assim, por exemplo, na *Vida de Timoleão* (“Nós, que com a história nos ocupamos seriamente e também a escrevemos habitualmente [...]”) e na *Vida de Péricles* (“Para quem nasce depois dos fatos, o tempo ido oculta os acontecimentos, e, com isso, parece ser inteiramente difícil e sofrida de se executar a tarefa de um historiador em estabelecer a verdade dos fatos”). Esta aparente contradição entre seus enunciados auto-identificadores revelaria, segundo a autora, a dificuldade de Plutarco em dissociar biografia e história enquanto gêneros distintos.

Uma conclusão apropriada, sem dúvida, mas as passagens destacadas permitem outras leituras que não a indicada pela autora. Ao citar o trecho da *Vida de Timoleão*, a autora não faz menção ao contexto em que o mesmo se insere. Plutarco inicia a biografia de Timoleão afirmando que escreve, sim, vidas, *bioi*: “Eu comecei a escrever minhas *bioi* tendo em mira o benefício dos outros, mas agora percebo que continuei o trabalho com grande satisfação e também para meu próprio proveito, recorrendo à história como um espelho que me ajuda a aprimorar e embelezar minha vida na medida em que observo as virtudes dos homens cujas ações eu descrevi”. Ou seja, Plutarco está afirmando que a observação dos caracteres e das virtudes dos homens notáveis do passado é caminho seguro para o aprimoramento moral; ele parece indicar que se “ocupa seriamente com a história”, mas para escrever *bioi*, descrições de caráter. Quanto à segunda passagem, da *Vida de Péricles*, nela Plutarco não afirma precisamente que é “difícil e sofrida a tarefa de um *historiador* em estabelecer a verdade dos fatos”; ele não utiliza nem o termo *historiográfos* nem *histór*, que poderiam remeter para a imagem de um escritor de História. O termo utilizado por Plutarco, aqui, é *historía*, que aparece no plural – “é difícil, através de *histórias*, estabelecer a verdade dos fatos” – e, desta forma, *historiai* bem pode expressar o seu sentido original, de “investigações”, “pesquisas”, e não propriamente o gênero “História”.

Uma outra linha argumentativa desenvolvida pela autora, entretanto, ao invés de insistir na debilidade das fronteiras entre história/biografia, assevera as marcas distintivas dos gêneros – como, por exemplo, as que identificam a história pela atenção à trajetória de comunidades políticas e a biografia por seu interesse em indivíduos singulares. E, para a autora, mesmo quando se aceita tal linha divisória entre os gêneros, Plutarco deveria ser situado do lado dos historiadores, pois ele “não centrou sua narrativa no indivíduo”:

A despeito das divergências sobre o caráter da obra plutarquiana, frisamos que Plutarco não centrou sua narrativa no indivíduo, o que iria ao encontro da definição de biógrafo formulado [sic!] por Maurois, segundo o qual o biógrafo toma um indivíduo como o centro, devendo ser o

personagem o autor dos acontecimentos do início ao fim (p. 49).

Segundo a autora, a estrutura biográfica serve, em Plutarco, como artifício para se abordar o contexto histórico do biografado, a vida da *polis* em que ele se inseria, este sim o foco de interesse do escritor (p. 50). Desta forma, a leitura de Maria Aparecida Silva pretende inverter o sentido da relação história/biografia em Plutarco: se, na *Vida de Timoleão*, ele afirma que recorre à história para escrever *vidas*, a autora acredita que, na verdade, ele recorre às *vidas* como um artifício para escrever história. Mas, ao concluir este tópico, a própria autora parece hesitar em suas conclusões: “Em sua narrativa biográfica, que lhe serve de pano de fundo, subjaz a história de uma cidade-Estado” (p. 50). Se os relatos biográficos servem de pano de fundo e se a narrativa histórica em torno de uma *polis* permanece subjacente, o que, exatamente, está em primeiro plano nos textos plutarquianos?

Outro argumento desenvolvido por Maria Aparecida Silva para sustentar a filiação de Plutarco à facção dos historiadores baseia-se na afirmação de seu cuidado em retratar a verdade dos acontecimentos: “O principal aspecto do gênero histórico sublinhado por Plutarco foi a importância dada à busca da verdade dos fatos narrados” (p. 57). Buscar a verdade dos acontecimentos é, então, para a autora, traço distintivo da pesquisa e da escrita da História: “compreender os acontecimentos históricos dentro de uma lógica que nos permita a sua aproximação com a verdade tem sido a tarefa do historiador” (p. 65). É certo que, desde Heródoto e Tucídides até Luciano de Samósata, os historiadores antigos procuraram estabelecer a busca pela verdade como traço característico de seu labor, contrapondo suas narrativas ora à poesia, ora aos diversos ramos da retórica, ora ao *encomium* ou panegírico. Mas é possível hoje, para a análise moderna, corroborar, sem contestações ou atenuantes, tal apreciação e reafirmar a perseguição à verdade como atributo distintivo da História? Como não lembrar que a afirmação da verdade é uma pretensão que se manifesta tanto na narrativa historiográfica como na poesia homérica, na filosofia platônica, na retórica jurídica e também na composição de *bioi*? Afirmar que, por perseguir a verdade, Plutarco escreve *História* e não *Vidas*, não equivaleria a simplesmente reproduzir uma imagem a partir da qual os historiadores antigos gostariam de ser figurados?

Ao final do capítulo, para a questão central proposta por Maria Aparecida Silva – Plutarco é, ou deve ser identificado como, historiador – é possível identificar arrazoados diferentes e contraditórios. Por vezes, se sugere que Plutarco compunha seus escritos conscientemente como historiador: ele não tinha por foco os indivíduos, mas as comunidades políticas, e recorria às biografias como artifício para registrar a história de diferentes *poleis* (p. 49-50). Em outros momentos, argumenta-se que Plutarco, embora adotasse métodos de pesquisa característicos dos historiadores (e por isso deveria ser considerado como um deles), hesitava em se auto-definir como *historiographos* porque não conseguia relacionar sua narrativa, centrada na história de indivíduos, com o conceito de História afirmado desde Heródoto: “de acordo com o seu [de Plutarco] conceito

de História, apreendido dos gregos, Plutarco não escreveu a história, mas a biografia de suas personagens, uma vez que relatou fatos da vida cotidiana delas, sem tratar exclusivamente de assuntos relativos às guerras” (p. 66-67).

O segundo capítulo do livro trata das fontes utilizadas por Plutarco na elaboração de seus escritos. Maria Aparecida Silva demonstra, em primeiro lugar, como era vasto o repertório de fontes a que recorreu o autor pesquisado, que incluía fontes iconográficas, testemunhos orais e fontes escritas de variadas origens e variados períodos do passado. O objetivo da autora é demonstrar a preocupação de Plutarco – uma preocupação que seria característica do historiador – em pesquisar, comparar e criticar fontes e informações sobre o passado. E estas atividades de pesquisa, comparação e crítica em Plutarco, seriam, para autora, norteadas pelos critérios da verdade e do verossímil: “O aparato informativo presente nas biografias permitiu a Plutarco avaliá-las [não, presumivelmente, as biografias, mas as fontes – L.O.M.] comparativamente e, com isso, selecionar as julgadas verdadeiras. Também utiliza como critério de seleção dos fatos a credibilidade e a autoridade da fonte” (p. 77). Rechaçando a opinião de comentadores que afirmam que Plutarco – por estar diretamente interessado em expor, dramatizando, traços de caráter de indivíduos singulares – não vacilava em recortar e manipular suas fontes, Maria Aparecida Silva sustenta que o conhecimento de um amplo conjunto de fontes é indicativo de “busca da verdade”: “Analisando os dados deste levantamento [das fontes utilizadas por Plutarco – L.O.M.], enxergamos que Plutarco conhecia escritos de variadas procedências e épocas, de onde poderia retirar os dados, sem a necessidade de inventar ou manipular os testemunhos” (p. 84).

185

A autora não deixa claro por quais caminhos interpretativos ela conclui que o conhecimento aprofundado das fontes serve de antídoto aos impulsos de “manipulação” dos testemunhos, nem por que associa tal isenção de manipulação ao labor historiográfico. Como se sabe, a palavra grega para “verdade”, *alétheia*, é formada pela junção da partícula negativa *a-* com o termo *léthé*, esquecimento; portanto, o propósito das *histórias* de Heródoto, tal como ele o expõe (impedir que os eventos efetivados pelos homens se dissipem da memória; que grandes e maravilhosos feitos deixem de ser lembrados), o permite associar sua narrativa à afirmação da verdade. Tucídides, por outro lado, apreendeu sua composição como uma “aquisição para sempre”, *ktema es aei*, porque, ao narrar a guerra entre atenienses e peloponésios, localizou sua força motriz no âmbito do que é próprio ao homem, *to anthrópinon*, e, desta forma, concluiu que, sendo tal força inerente e inseparável da espécie humana, continuará ela a se manifestar enquanto os homens persistirem em existir. “Verdade”, então, para Tucídides, não se associa propriamente ao resgate do que pode ser esquecido mas, sim, ao desvelamento do que permanece oculto, das forças mais profundas que impulsionam as ações dos homens. Já Aristóteles negou ao historiador a capacidade de alcançar qualquer verdade que não se situasse no âmbito do particular, do parcial (“o que Alcibíades fez ou o que lhe aconteceu”), concedendo apenas à filosofia e à poesia a possibilidade de afirmar verdades universais. Mas,

e Plutarco? Se a busca da verdade é preocupação dominante em Plutarco, a que tradição intelectual se filia sua concepção de verdade? Buscar a verdade se resumiria a, diante de diferentes versões de um mesmo acontecimento, optar pela mais verossímil, levando-se em consideração a autoridade e credibilidade de cada fonte?

Para Maria Aparecida Silva, Plutarco é historiador, fundamentalmente, porque a) sua metodologia de pesquisa envolvia um trabalho de pesquisa, comparação e crítica de fontes típico dos historiadores; e, b) não restringiu a narrativa de suas *Bioi Paralleloi* ao relato de trajetórias de indivíduos específicos, mas nela incluiu uma reflexão em torno da trajetória histórica das comunidades políticas em que estes indivíduos estavam inseridos. O terceiro e último capítulo de *Plutarco historiador* se dedica a desenvolver este segundo argumento, demonstrando como, permeando a narrativa das trajetórias de Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis e Cleômenes, Plutarco tece um relato mais amplo: o da história da cidade de Esparta, desde o período arcaico até a época helenística.

No texto de Plutarco, a *Vida* de Licurgo é acompanhada da de Numa Pompílio; a de Lisandro precede a de Sula; à de Agesilau segue a de Pompeu; e as vidas de Ágis e Cleômenes são acompanhadas pelas dos irmãos Graco. E, característica das *Bioi Paralleloi*, após o relato de cada par de *vidas*, Plutarco apresenta sua *synkrisis*, sua comparação, em torno do caráter e da trajetória dos biografados. Segundo Maria Aparecida Silva, para que se perceba o arcabouço historiográfico presente nas biografias de Plutarco é necessário, em primeiro lugar, rejeitar esta estrutura paralelística com a qual o autor, apenas aparentemente (trata-se somente de artifício?), procurava guiar seu leitor: "A leitura das vidas dos espartanos ilustres retratados por Plutarco, *realizada na seguinte seqüência*: Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis e Cleômenes, demonstra o entrelaçar de causas e de efeitos em sua interpretação dos eventos históricos de Esparta" (p. 113, grifos nossos).

Na exposição do que considera como "concepção histórica de Esparta" de Plutarco, Maria Aparecida Silva divide este terceiro capítulo em três seções, intituladas "O Nascimento", "A Vida" e "A Morte". Sugere-se, então, que a concepção de história em Plutarco é derivada de sua noção de biografia: escrever a história de uma cidade é escrever sua *vida*, desde seu nascimento até sua morte. Desta forma, a narrativa do "nascimento" de Esparta corresponderia à biografia de Licurgo: "No entender de Plutarco, a Esparta de Licurgo representa o nascimento de uma nova cidade que [...] atingirá seu apogeu com a guerra do Peloponeso e, paradoxalmente, com os efeitos dela, conhecerá o seu crepúsculo" (p. 124). Maria Aparecida Silva não chega a utilizar o termo "caráter" para designar os traços identificadores desta cidade que nasce, se desenvolve e extingue-se, o que poderia indicar uma maior extensão da analogia, em Plutarco, entre os indivíduos biografados e a cidade apreendida em sua trajetória histórica. Para a autora, o que confere identidade a esta cidade são suas leis, sua *politeia*: "Plutarco estimou em cinco séculos o tempo de vida da Esparta de Licurgo. Durante este período, a cidade permaneceu regida

pelas leis licúrgicas tornando-se a primeira polis da Grécia” (p. 125). A “vida” de Esparta estaria retratada nas biografias de Lisandro e Agesilau, momento de apogeu do poder espartano no mundo grego, e, ao mesmo tempo, momento em que se inicia o paulatino abandono da legislação e dos preceitos licúrgicos. Por fim, a “morte” de Esparta estaria representada nas vidas de Ágis e Cleômenes, reis que, no século III, esboçaram as últimas tentativas de restabelecimento das leis legadas por Licurgo e que, por se verem completamente frustrados em seu intento, assinalam o definitivo desaparecimento da *polis* lacedemônia.

Não deixa de ser surpreendente que, após tantas páginas dedicadas a demonstrar a pertinência em se apreciar Plutarco – que se auto-declarava escritor de *bioi* – como historiador, Maria Aparecida Silva conclua que a estrutura historiográfica que se pode divisar em seus escritos é tributária justamente da biografia, a ponto de denominar essa estrutura historiográfica, no caso da trajetória da mais célebre cidade da Lacedemônia, de “biografia de Esparta”. Por detrás das biografias havia uma história e, por detrás desta história, havia... uma biografia! Este aparente paradoxo não invalida, é claro, a abordagem proposta pela autora, mas é estranho que ele não seja objeto de sua apreciação.

Outra pendência deixada ao término da leitura do último capítulo de *Plutarco historiador* refere-se à sua relação com os postulados mais gerais defendidos no capítulo inicial. Ali, a autora afirmara que a existência de uma narrativa historiográfica subjacente aos relatos biográficos era uma característica de todo o conjunto das *bioi* plutarquianas:

com a *leitura de todas as biografias*, entende-se a metodologia utilizada por Plutarco em suas narrativas e nota-se que, embora a estrutura geral corresponda à do gênero biográfico, em seu conteúdo encontramos o trabalho de investigação e de reflexão que são peculiares ao historiador. Logo [...], Plutarco não escreveu apenas biografias, mas um tipo de História, uma história subjacente, que é a das cidades-estados de seus biografados (p. 57, grifos nossos).

A tese de que Plutarco escreveu um “tipo de História” pode ser válida, mas sua demonstração com o caso de Esparta é dificilmente aplicável a *todas* as outras biografias. Em que medida a vida de Epaminondas compõe uma história de Tebas? A história de Corinto, de seu “nascimento” até sua “morte”, é toda ela contada nos meandros da vida de Timoleão? Subjacente às vidas de Alexandre e de Pirro se delinea a história de qual comunidade? E às vidas de Árato e de Artaxerxes?

Pela relevância das questões que suscita, a leitura de *Plutarco historiador* é, sem dúvida, extremamente útil para o pesquisador interessado nas relações e interconexões entre os gêneros de discurso que adotam a investigação e o relato das ações humanas como seu fundamento e sua essência.